



Ata da 322ª, tricentésima vigésima segunda, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ sob a presidência da Presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques para deliberar quanto à pauta. A reunião foi realizada nas dependências da Secretaria de Educação do Município para que houvesse condições de retomada de reuniões presenciais, cumprindo-se os protocolos de precaução à Covid-19. Presentes à reunião os conselheiros Antonio Alves de Moraes, Marianna Biglenisa de Sousa Stein Melo, Evandro Paulino de Araújo, Reynaldo Bueno Prianti Neto, Danilo da Silva Rodrigues, Danielle de Paula, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Edvaldo Ferreira, Willian Otávio Pereira e Adriana Cristina de Souza Faria. Ausentes André Luís Cintra, Rosangela Oliveira de Faria, José Ricardo Vinhas, Rosemeire Godoy de Lima e Rafaela Carvalho dos Santos justificados. Participaram da reunião a assessora da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza, a diretora de benefícios Sandra Pereira Rossi e o supervisor da unidade de gestão de investimentos e conselheiro fiscal Amauri Arnaldo Júnior. A reunião teve início às 09h15. A presidente após os cumprimentos de praxe, deu as boas-vindas a todos após o período excepcional das atividades do Conselho devido à pandemia e para marcar o reencontro e reintegração, deu oportunidade para que todos se apresentassem. A presidente apresentou as justificativas dos ausentes e anunciou a pauta. Seguiu-se a pauta. 1- Aprovação da Ata da 321ª Reunião. O secretário informou ter sido a ata enviada com antecedência aos conselheiros para apreciação, não tendo havido qualquer observação. A ata foi aprovada sem emendas. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete Setembro/2021). O balancete do mês de setembro/2021 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A assessora Fabíola apresentou o balancete com alguns destaques. Todas as contas foram analisadas pelo Conselho Fiscal que emitiu seu parecer. Das Receitas orçamentárias destacou os repasses das contribuições dos servidores ativos efetuados em dia por todos os órgãos, alíquota de 14%; também houve contribuições oriundas de precatórios cujas alíquotas são referentes à época da decisão judicial e sobre acordos de parcelamentos de servidor; os repasses de todos os órgãos se referem à competência agosto, exceto IPMJ, aposentados e pensionistas que são referentes a setembro; destacou o registro da entrada de contribuição no valor de R\$ 13.014,90 (treze mil quatorze reais e noventa centavos) oriundo de processo administrativo; trata-se de processo interno do SAAE que detectou a ausência de contribuição de determinada servidora por um período e que foi regularizada; foram repassadas ao IPMJ as contribuições da servidora e patronal; Os valores lançados como receita patrimonial se referem a reconhecimento orçamentário de receitas por movimentações financeiras em renda fixa e variável conforme discriminado no extrato de movimentação; houve ainda receitas de restituições de benefícios, COMPREV, honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ. Das receitas intraorçamentárias destacou a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia; há também as oriundas de precatórios que são cobradas mediante ofício do IPMJ e pagas com juros e multa, e de processo administrativo do SAAE com incidência de juros e multa. Os valores verbalizados pela assessora foram acompanhados pelos conselheiros. Total de receitas no mês R\$ 13.813.242,46 (treze milhões oitocentos e treze mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos); no ano, até o fechamento de setembro, o total arrecadado é de R\$ 175.133.494,45 (cento e setenta e cinco milhões cento e trinta e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos), já ultrapassando o previsto no planejamento estratégico. Das receitas extraorçamentárias destacou tratar-



se de valores retidos em consignação para repasse aos destinatários. Das despesas orçamentárias destacou as previdenciárias (aposentadorias, pensões, COMPREV e precatórios) e as administrativas; sobre o pagamento de precatórios explicou que normalmente são pagos em dezembro, mas devido à previsão de alta da inflação, decidiu-se disponibilizá-los à justiça no mês de setembro; explicou sobre um lançamento negativo, o qual se refere a estorno de empenho de valor de contrato de locação de sala para arquivo que não se concretizou por desistência do locador. Das despesas extraorçamentárias destacou tratar-se dos repasses de valores consignados aos respectivos destinatários. Os valores das despesas, verbalizados pela assessora, foram acompanhados pelos conselheiros. Em seguida destacou o resumo do balanço financeiro com os dados financeiros e patrimonial, conforme as normas contábeis. Dos relatórios destacou o Extrato das Movimentações da Carteira de Investimentos com todas as movimentações de todos os fundos, o Relatório de Despesas Pagas por tipo de despesa e centro de custo e o Relatório Gerencial com o controle da taxa de administração e a execução orçamentária a saber, as receitas previdenciárias e administrativas, as despesas previdenciárias empenhadas e as administrativas empenhadas; o resultado financeiro e o disponível; demonstrativo em gráficos de Despesas X Receitas X Resultado Financeiro, a evolução da meta atuarial, o desempenho da carteira de investimentos, os rendimentos e o patrimônio registrado dia a dia. Há o demonstrativo da carteira de investimentos com todos os fundos, total de ativos em cada fundo, o desempenho de cada um, e o tipo de investimento, títulos públicos, renda fixa (com rentabilidade positiva), renda variável (com rentabilidade negativa) e exterior (com rentabilidade negativa); o resultado no mês foi negativo porém o resultado atualizado (no ano) está positivo. O parecer do Conselho Fiscal recomenda a aprovação. O balancete foi aprovado conforme parecer do Conselho Fiscal.

3- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros treze expedientes de concessão de benefícios, dez aposentadorias e três pensões para análise, não havendo manifestações. A presidente anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Telma Aparecida Rodrigues da Cruz, Luiz Akira Okamoto, Tania Loureiro Guimarães de Amorim, Inacia Corina de Jesus, Ademar Ribeiro de Souza Vilela, Deusa Aparecida Geraldo, Djalma de Almeida, José Alexandre Leal Tavares da Silva, Maria de Fátima Jorge Tavares e Nelson Feliciano da Silva. Pensões – Romilda Maria de Freitas, Maria Olinda de Souza e Silvia Cavalheiro de Almeida. Todos aprovados conforme parecer do Conselho Deliberativo consignado pelos conselheiros presentes, nesta mesma data.

4- Informes. A senhora Presidente informou que a pendência sobre o reembolso dos valores referentes ao salário família e auxílio doença, devidos pelo ente ao IPMJ foi solucionada; o SAAE fará o reembolso total em novembro e a Prefeitura fará de forma parcelada, já tendo pago uma parcela de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); informou que não se trata de um parcelamento nos moldes das normas estabelecidas por não se tratar de contribuição previdenciária; as parcelas serão voluntárias no que tange a valores; o conselheiro Evandro questionou sobre “correções”; a presidente disse não haver incidência de juros e multa num primeiro momento, sendo que isto será objeto num segundo passo. A presidente informou que foi encaminhado à Câmara Municipal projeto de lei do executivo instituindo o RPC-Regime de Previdência Complementar; explicou que tal projeto é de iniciativa do executivo, que o IPMJ assessorou o executivo na elaboração, que a previdência complementar é para os novos servidores que ingressarem doravante no serviço público municipal, que os atuais servidores não serão alcançados, que a taxa de contribuição é paritária, a qual será de 7,5% e que o projeto especifica as verbas



necessárias e normas para a implantação do RPC. A presidente informou que foi encaminhado à Câmara projeto de lei do executivo que altera a taxa de administração do IPMJ; explicou que hoje a taxa de administração é de 1,5% incidente sobre o valor bruto de todas as remunerações, dos ativos e inativos; a nova taxa será de 2,4% sobre o total das contribuições dos ativos; a nova sistemática de cálculo da taxa segue determinação da Secretaria de Previdência, Portaria SEPRT/ME 19.451/20 de 18/08/2020; esta determinação exigiu alteração na LOA; com a nova taxa de administração haverá uma redução nos recursos do IPMJ; tomados como referência, os cálculos de 2021, haverá uma redução de aproximadamente R\$ 700.000.00. A presidente informou sobre o andamento do "Projeto Legado" que com a conclusão da primeira turma alcançou o seu objetivo. A conselheira Marianna, psicóloga do IPMJ e uma das executoras do projeto informou que a primeira turma teve a participação de quatorze servidores que estão prestes a se aposentarem, com total interação; a presidente agradeceu aos idealizadores e colaboradores citando o RH da Prefeitura, as servidoras Marianna, Álida, Sandra, Márcia e os servidores Dr. Caluza e Reynaldo; a organização da segunda turma já está sendo preparada. O Dr. Caluza deu informações sobre a eleição dos Conselhos e esclarecimentos sobre a forma de votação; disse que a decisão da comissão eleitoral de adotar a eleição eletrônica em ambiente virtual se deu devido às circunstâncias da pandemia da Covid-19; que a acessibilidade virtual é bem abrangente e dá oportunidade para a participação de um maior número de votantes; que foi solicitado e espera contar com a colaboração de todos os responsáveis das diversas secretarias; que o IPMJ disponibilizará um terminal (computador) para aqueles que tiverem maior dificuldade ou indisponibilidade de aparelho próprio para efetivar o voto, mas que a indicação de votar no IPMJ não deve ser via de regra, para evitar aglomeração; as dificuldades do sistema virtual de votação foi objeto de discussão da maioria dos conselheiros; após ampla discussão concluiu-se ser imprescindível a colaboração de todos, principalmente dos candidatos, no sentido de esclarecimento e facilitação aos servidores, sem incorrer em desobediência legal. A presidente informou sobre a participação do IPMJ no Congresso da APEPREM realizado em S.J. do Rio Preto-SP; o IPMJ foi representado pela Presidente, pelo assessor Vanderlei que foi empossado como Diretor da APEPREM Região Sul, e pelos conselheiros Antonio, Danilo e Danielle; todos os participantes elogiaram o evento de onde, segundo eles, trouxeram boa bagagem de experiência e aprendizado; a presidente justificou a não participação da conselheira Rafaela, inscrita para participar do congresso, cujo irmão faleceu às vésperas do evento; a presidente apresentou os pêsames à conselheira e família e disse que o motivo justifica plenamente o não ressarcimento do custeio pela servidora. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h05. Eu, Antonio Alves de Moraes secretário Antonio Alves de Moraes, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um. \*\*\*\*\*

PRESIDENTE

Rossana Vasques

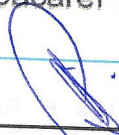
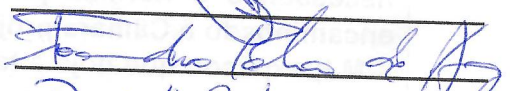

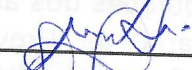

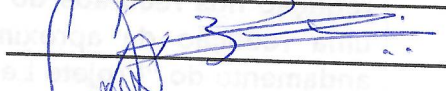
CONSELHEIROS

Adriana Cristina de Souza Faria

Antonio Alves de Moraes

Danilo da Silva Rodrigues



<b>Edvaldo Ferreira</b>	
<b>Evandro Paulino de Araújo</b>	
<b>Danielle de Paula</b>	
<b>Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo</b>	
<b>Marianna Biglenisa de Sousa Stein Melo</b>	
<b>Reynaldo Bueno Prianti Neto</b>	
<b>Willian Otávio Pereira</b>	